

LIVROS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO: CONHECENDO O PNLD-CAMPO

Edilaine Aparecida Vieira¹

Resumo

Este trabalho, traz os resultados da investigação sobre manuais didáticos para escolas do campo. A pesquisa é parte da dissertação de mestrado, articulada a Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Assume a concepção de Educação do Campo no embate com a Educação Rural, a partir das experiências de educação construídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O tema diz respeito aos manuais e materiais didáticos, reconhecendo-os como um importante elemento da cultura escolar presente em todas as escolas. O estudo tem como objetivo geral situar a problemática dos materiais e manuais didáticos específicos na organização das escolas do campo, discutindo suas relações com as proposições conceituais para a Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Escola do campo. Manuais didáticos. PNLD Campo.

Introdução

Não vou sair do campo para poder ir para a escola. Educação do Campo é direito e não esmola

O termo educação do campo é novo, resultado de discussões destas ultimas três décadas, se contrapõe à perspectiva tradicionalmente identificada como Educação Rural, que nasceu durante o século XX para cumprir um papel naquele determinado período.

Nos aproximamos das discussões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial o significado da educação para o MST, uma vez que tem sido uma contribuição relevante aos debates sobre Educação do Campo. A educação para o MST é uma bandeira de luta permanente, sempre presente em pautas de reivindicação, desde o inicio da organização, sendo a escola uma delas, mas com a compreensão de que não deve ser vista como fechada em si mesma.

O governo atual tem possibilitado de certa maneira alguns avanços no campo educacional e desta forma também na educação do campo, através de políticas públicas.

¹ Professora da rede estadual de educação de Santa Catarina, mestre em educação pela Universidade Federal do Paraná. Email: edilavieira@yahoo.com.br.

Todavia é importante trazer o “controle do estado”, nas ações envolvendo tais políticas públicas ou programas de governo.

Própria de uma sociedade capitalista é presenciada uma tensão forjada no bojo da contradição, vivida tanto pela agricultura quanto pela educação do campo, onde a disputa de dois projetos está muito presente. E neste tempo é importante que se diga falamos deste trabalho da educação do campo, na tríade, educação, campo e políticas públicas (CALDART, 2008, p. 72) e como educação de classe, “desde os seu vínculos sociais de origem, para construção de um outro projeto de campo, de pais [...]” elementos que vem carregado de intenção que analisados conjuntamente, mostram um compromisso de classe na busca da transformação social.

Merece ser ressaltado que, de fato, a proposta de Educação Rural não teve por objetivo resolver o problema da educação de seus sujeitos, ao longo do século XX. A prova do compromisso dos governos com outras finalidades e questões está no fato de que, ainda hoje, cerca de 23,2% das pessoas que vivem no campo não sabem ler e escrever - isso confirma o tipo de compromisso com a população camponesa que se efetivou ao longo dos últimos séculos no Brasil².

Neste sentido, é relevante destacar que a construção dessa desigualdade social e o descaso com a população do campo não correspondem, como muitas vezes, o discurso liberal e conservador afirmam, a uma atitude de passividade ou conformidade do povo. Se, de um lado, está presente o estado capitalista burguês com seus governos de diferentes orientações a privilegiar determinados grupos e classes sociais, de outro lado estão às organizações sociais que lutam pela construção de uma nova ordem social, constituindo o embate e a luta por meio de suas ações.

Desta forma, este artigo busca apresentar como os conceitos produzidos pelos movimentos sociais e pelos pesquisadores da temática, educação do campo, estão presentes nos documentos do MEC, neste caso, relativos a um programa específico, o PNLD Campo (Programa Nacional do Livro Didático – Campo). O PNLD pode ser considerado um importante programa do MEC, responsável, pela seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todas as escolas públicas. Considerando-se a existência muito recente do PNLD-Campo, os limites impõem a necessidade de compreender o trabalho realizado como uma primeira aproximação à problemática, que deverá ser objeto de estudos ao longo dos próximos anos.

² Dados do IBGE censo de 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

O trabalho está organizado em duas partes, além desta introdução e considerações finais. Inicialmente apresentam de maneira rápida os embates atuais da Educação do Campo, com foco na produção de materiais didáticos para as escolas do campo, desde o Programa Escola Ativa até a configuração do PNLD Campo. Na sequência busca trazer aproximações possíveis a partir do edital PNLD Campo- 2013, ao programa e sua intencionalidade.

Embates atuais da Educação do Campo

O cenário do Brasil até o final dos anos noventa evidenciava a hegemonia de partidos de centro-direita no governo federal, o que impôs limites às discussões sobre o projeto de Educação do Campo. Com a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2003, de base popular, reacenderam-se as esperanças de retomar a agenda de debates sobre a reforma agrária e a Educação do Campo, com a expectativa de que novas diretrizes aprovadas, encaminhando as ações do governo federal para as reivindicações das populações do campo e dos movimentos sociais.

No entanto, a disputa entre dois projetos - do Estado e dos movimentos sociais - não cessou com a mudança de partido no governo, ou seja, a chegada do PT ao poder não provocou as mudanças esperadas em questões estruturais e, dessa forma, a contradição permaneceu e os conflitos também. De acordo com Ribeiro (2012), as contradições “podem ser evidenciadas nas concepções/práticas de educação do campo, e na busca de recursos públicos para efetivá-las, por parte do Movimento Camponês, de um lado, e do que vem sendo aplicado como política educacional pelo Ministério da Educação – MEC, de outro”.

Neste sentido, poder-se-ia entender algumas ações do Estado através de seus governos nos últimos anos, no sentido de se contrapor às forças dos movimentos sociais, inclusive pela apropriação do discurso acadêmico sobre a Educação do Campo. Deve-se avaliar a presença de militantes em posições de coordenação de grupos em diferentes instâncias de governo, e a participação dos movimentos sociais na produção de normas na definição de determinadas ações, o que pode significar alguns avanços, mas por outro lado constrói compromissos que dificultam confrontos e debates.

Mendes e Garcia (2009) referem-se à incorporação das reivindicações dos movimentos sociais na discussão da Educação do Campo no Paraná logo após a divulgação das Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo

(Resolução CNE/CEB nº 1, 2002, 221), “que materializam, do ponto de vista da legislação federal, as expectativas em torno de mudanças na Educação do Campo, no Brasil”. Segundo as autoras, a nova orientação:

Assumida como política pública educacional, também passa a conquistar espaços nos Estados. O Estado do Paraná teve papel de protagonista no cenário de reivindicações e uma de suas ações para a implementação das Diretrizes Operacionais foi a criação da Coordenação da Educação do Campo, na Secretaria de Estado da Educação em 2003, a exemplo de outros estados. Entretanto, diferentemente dos demais, o Paraná se definiu pela construção de suas próprias Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006). (MENDES e GARCIA, 2009, p. 221).

Para exemplificar o poder do Estado no sentido de se apropriar do discurso dos movimentos sociais, mas ao mesmo tempo (re)definir formas de enfrentamento das questões e inibir ações das organizações do campo, pode-se destacar a produção de materiais pedagógicos para as escolas do campo.

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, em 2004, com objetivo tratar entre outras atribuição da Educação do Campo, o tratamento com a educação rural passam a compor a mesma cena, sob o mesmo governo, de um lado aqueles ligados a FNDE/FUNDESCOLA, apoiada pela tecnocracia do Estado; de outro lado à SECAD, mais próxima aos movimentos sociais e apoiada por pesquisadores de educação do campo. Essa constatação evidencia como se estabeleceu um espaço de contradição dentro do MEC, o que tem possibilitado algumas discussões e avanços, mas tem gerado também retrocessos e dificuldades de manutenção de projetos e programas ou implementação de nova propostas.

Entre as várias tensões forjadas pela diferença de projetos que convivem no espaço institucional, destaca-se aqui o exemplo do Programa Escola Ativa, uma vez que as constantes discussões, dentro do próprio Ministério, resultaram na modificação dos manuais destinados à formação de professores, inicialmente reproduzidos do modelo colombiano.

A modificação do título na edição de 2005 para “Guia para a Formação de Professores da Escola Ativa” (FUNDESCOLA, 2005), expressa uma nova formulação dos objetivos: “dar sustentação à prática das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, constituída pela Resolução CNE/CEB no 01/03/19”

(FUNDESCOLA, 2005, p.11). Está presente no manual uma discussão sobre “a estratégia metodológica da escola ativa no contexto educacional brasileiro”, inexistente na primeira versão. Nela são apresentados os princípios da educação básica e das diretrizes do campo, extraídos do *Caderno de subsídios referências para uma Política Nacional de Educação do Campo* (MEC, 2003).

Embora houvesse a expectativa e luta dos movimentos e organizações sociais para o rompimento com o Programa, o que aconteceu foi a sua incorporação dentro da estrutura, colando-o ao PDE, de certa forma desconsiderando as críticas que aconteceram dentro das universidades, por meio de pesquisas desenvolvidas, entre outros, por Martins (2004); Oliveira, Fonseca e Toschi (2005); Xavier Neto (2007); e Araújo e Ribeiro (2007). Denúncias e críticas também foram feitas pelos movimentos sociais e pelo Movimento por Educação do Campo.

A imprensa divulgou matérias relacionadas a alguns desses problemas, como se pode ver a seguir, publicados pela Agência Estado (AE, 07/06/2011):³

A Controladoria Geral da União (CGU) abriu nesta segunda, dia 6, dois procedimentos para identificar e punir culpados pela compra de **material didático com erros graves** distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) a escolas públicas da zona rural.

Com 35 volumes, a coleção Escola Ativa ensinava, por exemplo, que dez menos sete é igual a quatro ou que dezoito menos seis é igual a seis. Para apurar as responsabilidades, foram desencadeadas uma sindicância e uma auditoria. Em nenhuma delas, porém, o ministro da Educação, Fernando Haddad, será ouvido.

A coleção custou aos cofres públicos R\$ 13,6 milhões. Embora a distribuição da coleção com erros graves tenha ocorrido no segundo semestre do ano passado e descoberta no início do ano, somente semana passada o MEC decidiu comunicar o ocorrido à CGU. A ação do ministério ocorreu dias depois de o jornal "O Estado de S. Paulo" procurar a assessoria da pasta solicitando informações sobre a coleção cheia de erros.

Ao todo, foram impressos 7 milhões de livros. Os exemplares com erros foram distribuídos a 39.732 classes multisseriadas da zona rural, presentes em 3.109 municípios de todos os Estados do País. Segundo publicação do MEC, essas classes atendem 1,3 milhão de alunos. A coleção foi retirada do ar na internet. O ministro admitiu, na última sexta-feira, que o número de erros era tamanho que não se resolveria o problema com uma errata. O ministro reconheceu ainda que a revisão havia sido muito malfeita.

A CGU terá 30 dias, renováveis por mais 30, para concluir a sindicância. Responsáveis poderão ser punidos com suspensão até demissão do cargo. A auditoria, por sua vez, vai avaliar os prejuízos aos cofres públicos. De acordo com a assessoria, não há prazo para a conclusão da auditoria (Negritos no original).

³ Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/sindicancia+para+apurar+erros+em+livros+pode+levar+ate+60+dias/n1597009472504.html>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Observa-se que, no mesmo ano de 2011, de alguma forma como resposta às críticas em especial no que se refere à qualidade dos materiais oferecidos no Programa Escola Ativa, apareceu no cenário uma nova proposta em relação ao atendimento de escolas multisseriadas do campo, que culminou com o lançamento, em 2012, de um Edital do Programa Nacional do Livro Didático para o Campo, o PNLD - CAMPO.

O PNLD é um importante programa dentro do MEC, pois através dele são avaliados, escolhidos, adquiridos e distribuídos livros didáticos para todas as escolas públicas. O PNLD – Campo passa a ser um programa que atenderá as escolas do campo com livros diferentes daqueles que são utilizados nas escolas urbanas. Esta questão se constituiu na problemática central deste trabalho.

A defesa de livros específicos para *escolas rurais*, em determinados períodos do século XX, e mais recentemente para *escolas localizadas em áreas rurais* é uma questão que se coloca como um dos grandes desafios que chama diferentes sujeitos – incluindo-se os pesquisadores e os movimentos sociais - à responsabilidade de debater o tema e apontar direções necessárias ao avanço da qualidade da escola pública brasileira.

Aproximações possíveis a partir do Edital PNLD Campo - 2013

Com a participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão foi publicado o Edital de Convocação 05/2011 (CGPLI), para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo - PNLD Campo 2013. Em princípio, de forma semelhante ao que ocorre com o PNLD, as editoras submetem livros para avaliação de uma comissão, os livros aprovados são disponibilizados aos professores para análise e, escolhidos, são comprados pelo governo federal e distribuídos aos alunos das escolas públicas do campo.

Segundo o edital, trata-se da aquisição de “obras didáticas destinadas aos alunos de escolas públicas que estejam situadas ou mantenham turmas anexas em áreas rurais, que possuam segmentos de aprendizagem, classes multisseriadas ou turmas seriadas dos anos iniciais do ensino fundamental participantes do PNLD”. (BRASIL, p. 1). As condições específicas apresentadas pelo Edital foram decisivas para que a focalização da pesquisa se dirigisse, assim, para a problemática da produção de materiais e manuais didáticos para atender, de forma diferenciada e específica, as escolas do campo.

O que se espera com a criação desse programa especial para determinadas escolas? De que especificidades se fala? Que relações esses manuais guardarão com aqueles que são destinados a escolas urbanas? Em que elementos serão distintos? Eles terão relação com as discussões feitas no âmbito dos movimentos sociais, especialmente o MST? E com as discussões acadêmicas sobre a educação do campo? Tais perguntas foram incorporadas às preocupações já existentes quanto aos materiais para escolas do campo e contribuíram para focalizar a problemática a ser investigada, definindo-se então como objetivo, para este recorte: situar a problemática dos materiais e manuais didáticos específicos na organização das escolas do campo.

A primeira questão a ser apontada é que apenas duas editoras tiveram livros aprovados e incluídos no Guia para a escolha dos professores – FTD - Coleção GIRASSOL e Moderna - Projeto JABUTI.

Inicialmente, já se pode destacar, de acordo com as fontes oficiais, que foram distribuídos livros didáticos para 3.883 escolas estaduais, 59.876 escolas municipais e apenas uma escola federal⁴.

Trata-se de um número expressivo de livros adquiridos pelo Governo Federal, produzidos por duas editoras para o PNLD-Campo. Esses dados permitem reafirmar, aqui, a necessidade de examinar a questão a partir dos conceitos desenvolvidos por Apple (1995) sobre o livro como produto do mercado, em particular quanto ao fato de que a edição de livros didáticos é uma atividade lucrativa para editoras que atuam quase que exclusivamente nesse segmento, caso da FTD e da Moderna que tiveram seus títulos aprovados.

Outro ponto destacado pelo autor diz respeito à concentração da produção em torno de um número cada vez menor de empresas, processo descrito por ele no caso norte-americano, mas que também pode ser constatado no Brasil. Em estudo sobre o tema, Cassiano (2007, p. 173) analisa mudanças no mercado editorial de livros didáticos, em especial com a entrada, no país, de capital financeiro espanhol - o Grupo Santillana adquiriu em 2001, entre outras, a Editora Moderna. Segundo a autora, o exame da documentação disponível no site do grupo espanhol, aliado ao exame de outras fontes, evidencia uma forte presença da editora no Brasil, superando em número de exemplares as vendas em outros países da América Latina.

⁴ Listagem de escolas disponibilizada em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/3957-guia-pnld-campo-2013>, Acesso em: 10 fev. 2013.

Por outro lado, segundo Garcia (2011, p. 34), essa concentração em torno de grandes grupos teve também efeitos sobre a concepção dos livros, uma vez que as pequenas editoras existentes na década de 1990, responsáveis pela produção de propostas didáticas alternativas, foram incorporadas pelos grandes grupos ou foram fechadas pelas dificuldades de concorrência. Assim, deve-se tomar em conta o fato de que os livros didáticos, além de serem mercadoria, como mostrou Apple (1995), são também objetos da cultura escolar e, como tais, difundem concepções de mundo, conteúdos e métodos de ensino.

Desse ponto de vista, importa ao pesquisador estudar os elementos definidores das características pedagógicas e didáticas dos livros, as quais são estabelecidas apenas em parte pelas editoras; no caso do PNLD, as características gerais e específicas dos livros didáticos são decorrentes das definições traçadas pelo Ministério da Educação através de seus documentos legais, que se materializam em princípios e critérios de avaliação tomados como referência pelas equipes avaliadoras.

Na relação entre as duas dimensões nas quais os livros didáticos se inserem – produto de mercado e objeto da cultura escolar –, uma característica pode ser destacada inicialmente. Diversas obras da Editora Moderna são denominadas de Projetos, com autoria coletiva. Há colaboradores, mas não autores – e esse é o caso da obra incluída no Guia PNLD Campo 2013, intitulada Projeto Buriti. Em sua capa está registrado que se trata de uma “obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna”, sob a responsabilidade editorial de Marisa Martins Sanchez⁵.

A presente investigação buscou em um primeiro momento refletir sobre as tensões geradas entre movimentos sociais e Estado em torno das concepções de Educação Rural e Educação do Campo, evidenciando a necessidade de acompanhar, por meio de novas pesquisas, o desenvolvimento do Programa Nacional de Livro Didático para o Campo.

A intenção de compreender as dimensões dos textos escolares como produtos de mercado (APPLE, 1995), na sua relação à cultura escolar, conduziu de certa forma a ampliar o olhar sobre a presença do Programa Nacional do Livro Didático na realidade

⁵ Ver Guia de Livros Didáticos Educação do Campo. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/3957-guia-pnld-campo-2013>. Acesso em: 10 fev. 2013.

educacional brasileira, elementos que auxiliaram a focalização deste trabalho em direção ao PNLD Campo.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo do texto, se permite dizer que muitos elementos defendidos pelos movimentos sociais, durante o processo de construção da Educação Campo, foram ao longo do tempo sendo incorporados pelo Estado através dos seus governos, bem expresso nos últimos anos no governo do Partido dos Trabalhadores.

As propostas que sustentam o PNLD-Campo são muito semelhantes ao debate sobre Educação do Campo pelos movimentos sociais. Nesta dissertação, procurou-se evidenciar elementos que sustentam essa afirmação, como o trecho localizado no início do anexo II do Edital, que diz respeito aos princípios e critérios para a avaliação das coleções didáticas, quando se refere à institucionalização do PNLD Campo:

Reveste-se de importância, pois representa o reconhecimento de uma concepção pedagógica própria da educação do campo e da necessidade de produção de materiais didáticos específicos a essa realidade, os quais contemplem as perspectivas dos projetos políticos pedagógicos dessas escolas. A avaliação e a disponibilização de obras específicas previstas no âmbito do Programa, além de se constituir em uma etapa do processo de implantação da política de material didático para estudantes nesta área, ampliando o acesso a livros didáticos que possibilitem práticas de ensino e aprendizagem contextualizadas (BRASIL, 2011, p. 27).

Evidenciou-se na pesquisa, a importância do livro no processo de organização do ensino, o livro assumido como elemento da cultura escolar, mas destacando-se sobre a questão dos livros não representarem a *cultura*, mas apenas parte dela. Neste sentido revela-se a importância dos docentes no processo de escolarização, mediando entre conhecimento historicamente construído e os conhecimentos presentes na realidade dos alunos realidade.

No caso brasileiro, por força do PNLD, os livros assumem características gerais e específicas atribuídas pelo Ministério da Educação, através dos documentos que antecederam à produção e avaliação dos livros, documentos analisados nesta pesquisa, como o Edital, os Guias. Porém, como se pode constatar, as duas coleções aprovadas possuem diferenças significativas entre si, o que, em certa medida, também reflete, a forma de entender os livros de cada uma das editoras, bem como sua forma de conceber a educação e, desta forma, a Educação do Campo.

Considerações finais

Finalizando, como se procurou evidenciar até aqui, as propostas que sustentam o PNLD- Campo foram explicitamente apoiadas no debate e na produção sobre Educação do Campo pelos movimentos sociais, o que exige a análise atenta dos espaços de confronto e de contradição.

Em números, o PNLD Campo, vai investir “Cerca de 12,4 milhões de livros didáticos para 3 milhões de alunos, em 73 mil escolas rurais. A compra e a distribuição das obras foram orçadas em R\$ 87 milhões (MEC, 2012, Portal de educação). Reconhecendo as relações com a economia política com apoio em Apple, pode-se interrogar se de fato este investimento pode resultar em alterações quanto aos aspectos quantitativos, esperados pelo Estado – redução na repetência e evasão -, como também nos qualitativos, esperados pelos sujeitos do campo que compõem o movimento por Educação do Campo.

Como assumido nesta pesquisa, os livros têm uma função e uma intencionalidade, e assim sem ingenuidade concorda-se com Apple quando afirma que o conhecimento disponibilizado pelos livros é resultado de uma “tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo”. (APPLE, 2001, p. 53). Ainda segundo mesmo autor:

[...] muitas das razões pelas quais os textos e outros materiais, que estão disponíveis para o uso da escola, têm o aspecto que tem, estão profundamente relacionados não somente com as características de classe, mas com o gênero (e raça) do grupo de pessoas que de fato publicam os materiais, assim como com as características de classe e gênero dos/as docentes para os quais materiais curriculares e os livros são feitos (APPLE, 1995, p. 10).

Dentro dos limites do trabalho, procurou-se uma aproximação com a temática, reafirmando a tensão entre concepções diversas de Educação do Campo que permanecem circulando no espaço social brasileiro e evidenciam a necessidade de acompanhar, por meio de novas pesquisas, o desenvolvimento desse Programa Nacional de Livros Didáticos para o Campo.

Referências

APPLE Michael. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*; Trad. Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. *Projeto popular e escolas do campo: por uma educação básica do campo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

BRASIL, Decreto nº 6.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. DOU, Brasília, 5 nov. 2010.

BRASIL, Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providencias.

BRASIL, Parecer CNE/CEB no 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Despacho do Ministério em 12/3/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13 mar. 2002, Seção 1, p.11.

BRASIL, Resolução nº 40 de julho de 2001. Dispõem sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do Campo.

CALAZANS, M. J. Para compreender a educação do Estado no meio rural. Traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N (org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. P. 15-42. 141

CALDART, Roseli S. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli S. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GARCIA, Tânia Braga. Diversity and local cultures in Brazilian textbooks: challenges for identity construction. Trabalho apresentado na Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM) Mini Conference. Montreal, Canadá, 2010.

_____. Cotidiano escolar, livros didáticos e formação docente. In: Selva Guimarães Fonseca; Décio Gatti Júnior. (Org.). *Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica*. Uberlândia, MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2011, v. 1, p. 359-369.

_____. O uso do livro didático em aulas de história de ensino fundamental. In: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA, 6. 2007, Natal. Anais... Natal, RN: Editora da UFRN, 2007, v. 1, p. 1-11.

Tânia M. F. Braga; MACIEL, E. S. “Livros didáticos de História e experiência cultural dos alunos”. en Pedro Miralles Martinez; Sebastián Molina Puche; Antoni Santisteban Fernández. (Org.). *La evaluación en el proceso de enseñanza y aprendizaje de las*

ciencias sociales. Murcia, ES: Asociación Universitaria de Profesorado de Didáctica de Las Ciencias Sociales, 2011, v. II, p. 43-50.

GRITTI, S. *Educação Rural e capitalismo*. Passo Fundo: UPF, 2003.

MENDES, M. M.; GARCIA, Tânia M. F. Braga. Professores da Escola do Campo e Diretrizes Curriculares: problematizando os espaços de produção do currículo. *Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional*, v. 4, n. 8, p. 220-245, 2009.

VIEIRA, E. *Manuais Didáticos para a escola do campo*: questões para o debate. Trabalho apresentado na Conferência Regional da Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM) Brasil, 2012.

VIEIRA, E. ; BUFREM, L.; GEHRKE, M. GARCIA, T.B. Educación del campo en Brasil: desafíos para las comunidades de trabajadores agrícolas sin tierra en situaciones de itinerancia y asentamiento. *Revista Aula de Innovación Educativa*. Graó, 2012, p. 68-72.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.